

**HABEAS CORPUS Nº 502.269 - SP (2019/0094391-9)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : ANDRE LUIS EVANGELISTA  
**ADVOGADO** : ANDRÉ LUIS EVANGELISTA - SP268581  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : FELIPE HENRIQUE FERREIRA SANTOS (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em benefício de FELIPE HENRIQUE FERREIRA SANTOS contra acórdão da 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 204701-43.2019.8.26.0000).

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006. A prisão foi convertida em preventiva.

Contra a decisão, a defesa impetrou a ordem originária, que foi denegada pelo Tribunal *a quo*, em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 85/92):

*Habeas Corpus. Revogação da custódia preventiva. Inadmissibilidade. Indícios de autoria e materialidade a autorizar a manutenção da prisão. Presença dos requisitos contidos no artigo 312, do Código de Processo Penal. Gravidade do delito. Preservação da ordem pública e da aplicação da lei penal. Ordem denegada.*

No presente *writ*, a defesa alega que a prisão preventiva carece de fundamentos idôneos, sustentando não estarem presentes os requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal. Ressalta que o paciente tem domicílio fixo, trabalho remunerado, família constituída e trabalho lícito.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura.

É o relatório. Decido.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, em especial diante da razoável quantidade de drogas apreendidas - 20 porções de cocaína pesando 13,49g, 1 porção de *crack* pesando 0,37g e 18 porções também de *crack* com peso de 6,63g, além de R\$ 292,00 -, bem como da natureza especialmente lesiva das drogas, a recomendar, ao menos por ora, a manutenção da prisão.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pelo impetrante, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator